

A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya¹

KLÍTIA LOUREIRO

RESUMO:

Esta pesquisa analisa a implantação da empresa Aracruz Celulose S/A (1972) na região norte do estado do Espírito Santo, mais especificamente no município de Aracruz e, a conseqüente ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. A pesquisa também demonstra que, ao contrário do que se propagava “de que não existiam índios no Espírito Santo”, as terras onde hoje estão localizadas o Complexo Industrial de Celulose pertenciam aos índios Tupiniquim e Guarani Mbya.

Palavras-chave: Aracruz Celulose S/A. Índios. Espírito Santo – Norte

ABSTRACT:

This research analyses the stablishment of Aracruz Celulose Company in Aracruz municipality, North region of Espírito Santo, in Brazil and the invasion of Tupiniquim and Guarani Mbya indigenous people lands in this region. It also demonstrates that the so called, and vulgar idea, according to what “there weren’t indigenous people in Espírito Santo state” it is at least falsehood because the Tupiniquim and Guarani Mbya indigenous group are the lawful owner occupier of the lands where is the Aracruz Company since 1972.

Keywords: Aracruz Celulose S/A. Indigenous. Espírito Santo – North.

Para entendermos a instalação do Complexo Aracruz Celulose S/A no litoral norte do Estado do Espírito Santo, mais especificamente no município de Aracruz, é preciso considerar algumas singularidades que envolveram o processo de ocupação do território capixaba. Esse processo encontra-se intimamente ligado à cultura do café, que foi responsável pela ocupação do solo e pela expansão das atividades agrícolas além de suas fronteiras, rumo ao interior do Estado.

Até meados do século XIX, a ocupação do território espírito-santense ocorreu de forma lenta, sendo caracterizada pela baixa densidade de ocupação do espaço. A colonização limitava-se à zona litorânea, onde se desenvolvia a monocultura da cana-de-açúcar, principalmente em grandes fazendas localizadas na região centro-sul do Estado, e o cultivo da mandioca em São Mateus, região norte.

Vários foram os obstáculos que impediram a ocupação rumo ao interior do Estado: a) a proibição da Coroa Portuguesa à penetração de embarcações via Rio-Doce, caminho natural para as Minas Gerais, como medida de precaução contra a invasão estrangeira; b) a proibição da construção de estradas para as Minas Gerais, com a descoberta de ouro nessa capitania; c) o relevo acidentado e a cobertura florestal densa que na época cobria 95% da superfície da capitania; d) o clima tropical úmido, muito propício à incidência de doenças endêmicas, como o impaludismo; e) a resistência de grupos indígenas.

Sob essa ótica, o Espírito Santo ficou por três séculos e meio coberto de florestas, que começavam próximas ao mar, galgavam as serras do Caparaó e dos Aimorés e penetravam no estado de Minas Gerais. Em 1810, mais de 85% do território encontravam-se cobertos pela Mata Atlântica (RUSCHI, 1995).

É importante ressaltar que mesmo o litoral tinha sido pouco ocupado com aldeias e fazendas jesuíticas, pequenas vilas de pescadores, plantio de cana de açúcar e mandioca: Itapemirim, Benevente (hoje Anchieta), Guarapari, Vila Velha, Vitória, Reis Magos (hoje Nova Almeida), Aldeia Velha (hoje Santa Cruz), Barra de São Mateus (hoje Conceição da Barra) e São Mateus.

Até meados do século XIX, a economia capixaba teve sua base de sustentação na cultura da cana e da mandioca cultivada em São Mateus. A partir daí, o café passou a ganhar importância e, em pouco tempo, tornou-se a cultura dominante.

Diferente da região sul, que foi a porta de entrada para o café na Província, a ocupação da região central deu-se, sobretudo, graças à colonização espontânea, ou melhor, ocorreu devido à expansão das fronteiras produtivas realizada pelo setor privado, que abriu novas fazendas, incorporando novos territórios à dinâmica econômica do período. Conforme Moreira, a intervenção do Governo Imperial no processo de colonização e povoamento servia tanto “[...] para dar apoio logístico ao setor privado, como para fomentar a colonização em áreas de menor dinamismo” (Moreira, 2001: 87). Em ambos os casos, observa a autora, a ação

do Estado tornava-se visível devido à criação de quartéis, destacamentos, estradas, portos, aldeamentos e missões de índios e núcleos coloniais (Idem).

No que se refere à Política Oficial de Imigração Estrangeira subvencionada pelo Estado, principalmente de alemães e italianos, muitas vezes apresentada como fator determinante no processo de colonização do Estado, Moreira observa que a crise do café ocorrida em 1897 desacelerou de forma significativa os investimentos estatais no setor. Todavia, o processo de ocupação territorial do Estado não se viu afetado. “Todos os relatórios oficiais do período entre 1900 e 1950 são unânimes em reconhecer uma crescente demanda por terras, responsável pelo alargamento da fronteira agrícola do estado” (Moreira, 2001: 93).

A autora destaca ainda que essa expansão não foi um resultado direto dos projetos de colonização oficial ou privada, visto que o verdadeiro propulsor da colonização do Estado foi o movimento espontâneo da população nacional em busca de terras para se estabelecer. Moreira deixa claro que a força da colonização espontânea no Espírito Santo já era visível desde o final do século XIX, e assim prosseguiu como fator determinante na ocupação do solo no centro, no vale do Rio Doce e no norte do Estado até praticamente meados do século XX (Idem).

Responsável pela interiorização do povoamento, o café conquistou, já na segunda metade do século XIX, as regiões ao sul do Rio Doce e, no século seguinte, as situadas ao norte. Ou seja, diferentemente das regiões sul e central, que foram o palco das primeiras vagas de ocupação do território capixaba e que definiram em grande medida o perfil socioeconômico estadual nos dias atuais, a região norte só emergiu no cenário estadual, com toda a importância econômica e demográfica que lhe é específica, na segunda metade do século passado.

Até início do século XX, a ocupação territorial do norte do Espírito Santo restringiu-se ao litoral atlântico dessa região (Santa Cruz, Barra do Riacho, Barra de São Mateus – hoje Conceição da Barra – e São Mateus). As populações indígenas que ocupavam essa área foram, na maior parte, dizimadas ou “aculturadas”.

O grupo lingüístico Tupi-Guarani era representado pelas tribos Tupinambá, Tupiniquim e Temiminó, que habitavam predominantemente a faixa costeira e parte dos vales dos rios Cricaré, Itapemirim e Itabapoana. Foi o grupo de contato com a civilização européia que rapidamente se “aculturou” e participou do processo de miscigenação (Perota, 1996: 9).

Foi somente no decorrer dos anos de 1920 que o panorama da região norte, até então considerada um autêntico “vazio demográfico”, “região desabitada”, “um inferno de matas densas, de febre e de índios bravios”, começou a ser alterado. De acordo com Moreira (2001: 98),

Por volta de 1920, a colonização espontânea havia ocupado as terras disponíveis até a margem sul do vale do Rio Doce e nos anos seguintes o mesmo fenômeno de invasões se reproduziu no norte do estado que estava, até então, sob o domínio das tribos de índios Botocudos [...].

Ainda segundo a autora,

As terras do norte do Rio Doce só se tornaram efetivamente disponíveis à colonização espontânea do solo, à formação de fazendas, às concessões de terras para a exploração madeireira e para a colonização efetivada por empresas particulares depois da instalação do Serviço de Proteção aos Índios no Espírito Santo (SPI), em 1911 [...]. Sua ação tornou disponíveis novas terras para a colonização, mas, no início da década de 1950, já era amplamente reconhecido pelas autoridades locais que a fronteira agrícola do estado estava esgotada. A partir daí, a questão agrária no estado deixou de ser basicamente um processo de regularização de posses de pequenos produtores consideradas ilegais para se tornar um assunto explosivo, que exigiu, inclusive, o recurso a uma reforma agrária [...] (Moreira, 2001: 102).

Para Souza Filho (1990: 51–60), a expansão da fronteira agrícola em direção às terras do norte do Estado pode ser atribuída aos seguintes fatores: a) à técnica de plantio adotada nas antigas regiões produtoras do sul e do centro, que provocara constante desgaste do solo, reduzindo sua fertilidade natural; b) ao crescimento populacional, aliado às dificuldades de a pequena produção reter mão-de-obra, que contribuiu para impulsionar um fluxo migratório de outras regiões para o meio-norte; c) à construção da ponte sobre o Rio Doce (1928), que foi fator decisivo para impulsionar a colonização do norte do Estado.

O crescimento demográfico tornou-se incompatível com a estrutura fundiária e com a técnica primitiva utilizada, gerando um superpovoamento relativo, que não tinha outra alternativa a não ser extrapolar para o norte, em busca de terras virgens e baratas até então intactas, terras que a cada alta no preço do café se tornavam mais atraentes.

A ocupação da região norte foi intensa nas décadas de 1920 e 1940. Entretanto, foi uma ocupação marcada por formas distintas de posse e de exploração agrícola. Uma dessas formas fazia-se a partir do ciclo combinado: extração da madeira – lavoura temporária – consolidando-se com o café. Nesse ciclo, o elemento determinante era o café, cujas necessidades de reposição e expansão forçavam o desmatamento de áreas virgens para o seu plantio. Posteriormente, quando a terra se encontrava exaurida de seus elementos orgânicos, o café cedia lugar para as pastagens. Entre 1920 e 1960, graças à madeira e ao café, o norte foi claramente uma fronteira agrícola.

Outra forma de ocupação ocorreu em direção ao extremo norte do Estado onde, após a derrubada da mata e a venda da madeira, se desenvolveu a pecuária extensiva de gado, instituindo um ciclo mais curto: mata-pastagens. Aqui, o fator determinante das novas condições não era mais o café, mas a atividade de extração de madeira.

Desse modo, tanto a extração da madeira como a pecuária tiveram como suporte um intenso processo de apropriação e ocupação das terras devolutas, indígenas e desocupadas existentes no norte do Estado.

Alvo de invasões e expropriações desde o início da colonização portuguesa, com a expulsão dos jesuítas, as terras de sesmarias indígenas do litoral do Espírito Santo foram progressiva e ilicitamente incorporadas ao Poder Público estadual como terras devolutas. Conforme Moreira (2002: 157),

As perdas de território sofridas pelos índios de Benevente e Nova Almeida durante o início do século XIX significaram, em primeiro lugar, que seus títulos de sesmeiros estavam sendo ignorados. O processo de expulsão tornou-se ainda mais complexo nos anos seguintes, não apenas porque o regime fundiário sofreu profundas modificações, mas também porque foi intensificado o processo de incorporação de novas terras no sistema produtivo. Em ambos os casos, o direito indígena sobre as terras foi profundamente ignorado.

Grosso modo, até meados do século XX, o processo de incorporação de terras indígenas ao sistema produtivo ocorreu de forma lenta no litoral norte do Estado do Espírito Santo. Esse processo intensificou-se com a chegada da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi) no município de Aracruz. Nos anos de 1940, o Governo Estadual concedeu à Companhia 10.000ha de terras indígenas como se fossem terras devolutas. Localizadas em Santa Cruz (antiga Aldeia Velha), essas terras foram utilizadas para exploração da madeira – produção de carvão vegetal. Desde que a Cofavi começou a devastar as matas da região, os índios passaram a conviver com alguns posseiros, sem conflitos. Para desmatar, os representantes da Cofavi diziam que a terra era do Estado, e logo transformaram matas em pastos na região (GT, Portaria n.º 0783/94). Conforme Ciccarone (2001: 297),

Com a criação da Cofavi, nos anos 50, o governo estadual liberou a invasão e destruição das matas para produção de carvão vegetal, atraindo trabalhadores que se assentavam, com o apoio do prefeito local, na área indígena. Primo Bitti, no cargo por cinco mandatos, proprietário das terras e futuro sócio acionista da empresa Aracruz Celulose, filho de imigrantes italianos, tinha-se transformado na personagem pública do político populista interiorano, paternalista e todo poderoso, e estendia sua influência sobre os grupos locais através de relações de compadrio e promessas de emprego, assumindo em suas campanhas políticas o discurso desenvolvimentista como única saída para o crescimento do município, onde a maioria da população sobrevivia da pequena agricultura, da pesca, da construção civil e das carvoarias.

No Distrito de Santa Cruz (antiga Aldeia Velha), município de Aracruz, vivia disperso por um extenso território – 40.000ha de terra (10.000ha de floresta aberta e 30.000ha de floresta nativa) – o povo indígena, identificado quase trinta anos depois pela Funai como remanescente dos antigos Tupiniquim. A exploração e queima da madeira de lei para a produção de carvão vegetal atraiu para a região levas de trabalhadores, que começaram a estabelecer suas posses nas terras indígenas já parcialmente invadidas no século anterior para a realização do programa de colonização do Estado.

Após a instalação da Cofavi, mudanças significativas ocorreram na região habitada pelos índios. A espoliação das terras indígenas prosseguiu com a derrubada das matas,

apresentando seu ponto crítico com a chegada de uma outra empresa: a Aracruz Florestal (1967).

Já nos anos de 1950, o cientista Augusto Ruschi, uma voz isolada em um Estado que só escutava os rumores da industrialização, apresentava detalhados boletins técnicos sobre a riqueza dos recursos naturais disponíveis no ecossistema da região da Mata Atlântica, onde, além da floresta primária, se encontravam áreas de restinga e manguezais, expressando-se da seguinte forma:

O avanço da devastação florestal para a instalação de pastagens para o desenvolvimento da pecuária, sem o aproveitamento da madeira de lei, pois tudo é queimado, inclusive o habitat dos animais e aves, bem como as plantas indígenas, frutíferas e medicinais que [os indígenas] utilizam, já lhes trazem certas apreensões, pois sua falta cresce dia-a-dia (Ruschi, 1954: 1).

A exploração madeireira, o cultivo indiscriminado do café e a pecuária constituíram as principais atividades econômicas responsáveis pelo desmatamento das florestas primárias e pela devastação e empobrecimento dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência das populações indígenas locais. Essa exploração consistia na derrubada de matas nativas em um processo caracterizado pela prática predatória de extração de madeira sem qualquer contrapartida de reposição florestal. O ritmo acelerado e predador dessa atividade pode ser visualizado através dos dados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1950 a 1970, segundo os quais, em 1950, 66,3% do território capixaba eram cobertos por matas nativas, enquanto em 1970 esse total caiu para 8,5%. A exploração desenfreada de matas nativas prosseguiu em expansão até 1975, declinando significativamente a partir de então, devido, principalmente à extinção dessas matas, deslocando-se tal atividade para o sul da Bahia e para o norte do País (Pará, Rondônia...).

Todavia, a exploração madeireira apresentava-se como um dos mais rentáveis negócios, altamente viável devido ao incremento urbano no País, principalmente nos estados vizinhos – Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse incremento urbano demandava uma quantia significativa de madeira, não só para a indústria de mobiliário como também para o próprio setor da construção civil. Diante do esgotamento das reservas florestais desses estados, o

Espírito Santo apresentava-se como a saída mais viável de abastecimento, devido à sua posição estratégica em termos de proximidade ao mercado consumidor.

Tal como a exploração da madeira, a pecuária bovina teve seu crescimento ligado à expansão do mercado urbano. Tanto nos estados vizinhos (Rio de Janeiro, Minas Gerais) como no próprio Espírito Santo, esse crescimento deu-se também por ser a pecuária uma das formas menos onerosas de ocupar extensas e até mesmo pequenas áreas de terras, pois emprega de forma relativa pouca mão-de-obra. Ao mesmo tempo, os animais ali se reproduzem naturalmente.

Nesse processo de ocupação do território, outras atividades surgiram e se desenvolveram, principalmente a partir de finais dos anos de 1960: a horticultura, a avicultura e a silvicultura. Dentre estas, a que nos interessa é a silvicultura, pois se encontra vinculada ao processo de crescimento industrial. A produção de madeira destina-se à fabricação de celulose e de carvão vegetal.

Foi nesse contexto que teve início o reflorestamento no município de Aracruz. Em pouco tempo, a silvicultura tornou-se uma das principais atividades da região, uma região perfeita para o incremento do reflorestamento e, posteriormente, para abrigar a maior fábrica de celulose do planeta: grandes extensões de terras, uma localização estratégica e uma população impotente (índios, remanescentes de quilombos, posseiros, pequenos lavradores) que, na maioria das vezes, não foi capaz de explicar ou compreender, ou resistir à nova ótica que ora se instalava.

A partir de 1967, por meio da Aracruz Florestal S/A e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que se aproveitaram do incentivo fiscal baseado no Imposto de Renda – Lei n.º 5.106/66 –, tivemos o início do plantio de eucalipto no município de Aracruz. A introdução dessa monocultura consolidou a grande propriedade na região norte do Estado, com tendência à concentração fundiária desde o início de sua exploração.

Desse modo, as diferentes formas e épocas de ocupação de cada região do Espírito Santo condicionaram o ritmo de apropriação das terras e o fechamento de suas fronteiras. Enquanto as duas regiões pioneiras, a sul e a central, levaram aproximadamente um século para serem totalmente ocupadas, a região norte, cuja área corresponde a 52% da superfície estadual, foi quase totalmente ocupada em apenas cinco décadas. Uma outra questão reflete-se na estrutura fundiária: enquanto os municípios do centro e do sul do Estado se encontram com

uma estrutura fundiária baseada nas pequenas propriedades, na região norte, ao contrário, prevalecem as grandes propriedades agrícolas, estrutura representada pela agroindústria. De acordo com Valadão (1999: 55),

A formação histórica da região norte a diferenciou das demais regiões por apresentar um perfil de ocupação fundiária dos mais concentrados do Estado. A participação da região na área total dos estabelecimentos rurais passou de 19,2% em 1940, para 33,7% em 1950. Em 1960, 58% dos estabelecimentos no Estado, com mais de 1.000 hectares, estavam situados nessa região.

É nessa perspectiva que a região Norte do Espírito Santo, principalmente os municípios de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra, a partir de final dos anos de 1960, tiveram seu território invadido pelo eucalipto, matéria-prima responsável pelo abastecimento do Grande Complexo Paraquímico, representado pela indústria de celulose: a Aracruz Celulose S/A.

A IMPLANTAÇÃO DA ARACRUZ CELULOSE S/A NO LITORAL NORTE DO ESPÍRITO SANTO

No estado do Espírito Santo, a atividade florestal esteve desde seu início vinculada à atividade industrial, por meio tanto da produção de carvão vegetal para pequenas siderúrgicas quanto da produção de celulose.

A produção de celulose no Estado teve início com as iniciativas empresariais da Economia e Engenharia Industrial (Ecotec), que, desde os anos de 1950, já realizava estudos técnicos para o Governo Estadual e para a CVRD. Em 1966, a Ecotec encarregou um de seus técnicos, Leopoldo Garcia Brandão, de realizar pesquisas sobre o mercado de celulose a fim de estruturar uma empresa no ramo. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, a Ecotec identificou um quadro de estagnação na produção mundial de celulose, gerado pela incapacidade de a oferta de madeira acompanhar o crescimento da demanda da indústria de celulose por esse insumo, ou seja, verificou-se o crescimento do mercado mundial de celulose

a um ritmo mais acelerado que as expectativas de expansão da produção nos países tradicionais produtores.

Os resultados foram apresentados a um grupo de empresários nacionais, que assinaram contrato com a Ecotec para a continuidade dos trabalhos. Firmado o contrato, algumas questões vieram à tona: se a celulose seria produzida a partir de pinus ou de eucalipto, e qual seria a localização da planta industrial. Verificada a viabilidade de utilização do eucalipto,² restava o problema da localização. Para resolver essa questão, uma equipe de especialistas foi designada para viajar por vários estados. A conclusão do trabalho recomendou a localização no Espírito Santo, particularmente no município de Aracruz, uma região habitada por uma população “invisível” aos olhos do Estado.

A Ecotec, que atuava no Estado desde a década de 50, direcionou os interesses de empreendimentos privados para o mercado mundial de celulose, então em rápido crescimento, e tinha como tarefa identificar áreas “tecnicamente” apropriadas para o desenvolvimento de plantações de eucalipto. Aproveitando a grande oportunidade de atrair os investimentos para o Estado, o território indígena foi escolhido como se fosse uma extensa região de terras desabitadas e improdutivas. (Ciccarone, 2001: 291)

O relatório da Ecotec resumia suas justificativas com base nos seguintes argumentos:

[...] condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento de florestas de eucalipto, por representar uma região de atividade economicamente inexpressiva, pela inexistência de endemias graves; topografia plana favorável à mecanização, privilegiada localização quanto ao sistema viário, próximo ao principal pólo de desenvolvimento do estado, Vitória, e próximo ao mar, o que facilitaria a construção de porto para a exportação do produto. (Dalcomuni, 1990: 188).

Foi na esteira desses acontecimentos que, em 25 de janeiro de 1967, foi fundada a Aracruz Florestal S/A por um grupo de empresários interessados nas vantagens fiscais da já criada Lei n.º 5.106/66.³ A Aracruz Florestal S/A recebeu do Governo Estadual, representado pelo governador Christiano Dias Lopes, os dez mil hectares anteriormente explorados pela Cofavi, onde iniciou o plantio de eucalipto. A partir dessa concessão, a empresa Aracruz

Celulose S/A não cessou de estender seus domínios, incorporando de forma ilícita em seu território áreas de índios, de quilombolas, de posseiros, de pequenos lavradores.

Conforme cópias de processos de requerimento de terras devolutas ao estado do Espírito Santo, anexadas à CPI da Aracruz Celulose (2002),⁴ a Empresa valeu-se de terceiros, “testas de ferro” (empregados da própria Empresa), no processo de legitimação de terras que eram habitadas por índios, posseiros, remanescentes de quilombos. Depoimentos prestados à CPI apontam como principais “testas de ferro” da Empresa o major Orlando; o coronel Argeu; o tenente Merçon e o Sr. Benedito Braulino, mais conhecido como “Sr. Pelé”. Nesse período, as pessoas jurídicas não podiam requerer nem receber por legitimação terras devolutas, que só podiam ser legitimadas em nome de pessoas físicas. Desse modo, pessoas físicas requeriam terras devolutas e depois as repassavam para a Aracruz Celulose, burlando, dessa forma, a lei. Em outros termos, as terras eram legitimadas por funcionários da empresa e depois repassadas para a empresa (CPI da Aracruz, 2002).

Em dezembro de 1967, foi plantada a primeira muda de eucalipto,⁵ inaugurando a formação da base florestal necessária para o aproveitamento da madeira em escala econômica. Já em 1969, iniciaram-se os estudos de viabilização da fábrica de celulose. Concluídos em 1971, esses estudos apontavam para a viabilidade do projeto de produção de celulose e para a necessidade de reestruturação do projeto florestal a fim de melhor atender ao projeto industrial. De acordo com Ciccarone (2001: 299–300),

Em 1972, diante das crescentes preocupações com a defesa do meio ambiente manifestadas por ocasião da Confederação Internacional de Meio Ambiente, em Estocolmo, o governo militar brasileiro reagiu publicando em jornais e revistas internacionais anúncios convidando as indústrias poluentes a se instalarem no país, livres de gastos adicionais com equipamentos antipoluentes e de legislação ambiental. As restrições ecológicas que começavam a ser adotadas nos países ricos pressionavam no sentido de transferir e orientar a expansão capitalista industrial para a periferia do planeta, onde perpetuava-se [sic] a convicção de que era inviável alcançar níveis maiores de renda sem “custos inevitáveis”. No mapa geopolítico nacional as atenções de observadores internacionais e de empreendedores privados se concentravam nas grandes frentes de expansão e, principalmente, na região Amazônica, território privilegiado de concentração da política de segurança nacional, de atração de macroprojetos econômicos e de denúncia de violação dos direitos das populações indígenas aí presentes em maior concentração. O programa

político de integração nacional da economia buscava, porém, incorporar outras regiões do país aliciadas pelo sonho desenvolvimentista, reservando às populações indígenas locais, com a colaboração das oligarquias estaduais e do órgão indigenista, tratamentos agressivos similares, agravados pela condição de invisibilidade atribuída aos grupos indígenas assimilados aos segmentos rurais da sociedade brasileira.

Em 1972, no decorrer do mandato do governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, foi criada a empresa Aracruz Celulose S/A (Arcel).⁶ Já instalados e determinados a ampliar a área de plantio do eucalipto, os empresários, com o Governo Estadual e as agências de desenvolvimento, procederam, com todos os meios para atingir seus objetivos, desde à especulação do preço da terra, à expropriação do território, onde viviam não somente as populações indígenas, como também posseiros, pequenos agricultores, remanescentes de quilombos.

Com o golpe político-militar de 1964, o Brasil marchou rumo à integração nacional e ao sonho de transformar-se em uma grande potência econômica “independente”. De acordo com Hobsbawn (1995: 342), a política de golpes militares foi resultado da nova era de instabilidade e insegurança de países anteriormente coloniais comprometidos com políticas que exigiram Estados estáveis, funcionais e eficientes para garantir a independência econômica e o desenvolvimento. Ciccarone (2001: 291) assinala que a falta de perspectiva de prosperidade como produtores primários para o mercado mundial dos países imperialistas, as nações anunciavam o fim do atraso agrário, negligenciando a agricultura de subsistência e empurrando-se rumo à industrialização, como única alternativa. Ao marginalizar amplos segmentos da sociedade civil, o regime militar “abriu as portas” para os investimentos de capital estrangeiro ao conceder vantagens fiscais aos investidores privados e entregou vastos territórios para a expansão do capital.

Os países ricos adquiriram a liberdade de distribuir e deslocar geograficamente seus investimentos industriais em função de condições locais mais vantajosas, e o Brasil se tornou uma imensa área de colonização: a política de expansão de territórios para captação e implantação de grandes empreendimentos, a falta de uma legislação ambiental e a manipulação autoritária da questão fundiária tanto incentivaram a redistribuição da população quanto orientaram e protegeram politicamente toda iniciativa de investimento do capital privado nacional e estrangeiro [...]. Na

determinação do desenvolvimento capitalista, o território brasileiro tornou-se uma imensa área de expansão, perdendo progressivamente sua produção espontânea e transformando a natureza e as formas sociais da terra em bens e serviços de mercado (Ciccarone, 2001: 292).

Ainda de acordo com Ciccarone (2001), nesse processo as populações indígenas depararam-se com a violência da expropriação de suas terras, das quais conseqüentemente se viram expulsos, transfiguradas de recurso essencial à sua reprodução física e cultural em objeto de cálculo econômico, impessoal, tecnocrático, como foi o caso das comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya, do litoral norte do Espírito Santo, que tiveram suas terras invadidas pelo grande capital.

Obcecadas pelo “progresso”, nesse processo de modernização autoritária da agricultura brasileira, as diretrizes político-econômicas dos governos estaduais, em conformidade com a política econômica nacional, selaram a “vocação” do Estado para ser um território de coloniza  o e de produ  o de matérias-primas para a exporta  o. Mais uma vez a oportunidade para que o Espírito Santo desse o grande salto vinha de “fora”: a cultura de um novo produto exótico, o eucalipto (Ciccarone, 2001: 291).

As preocupa  es com uma realiza  o tão rápida e de tamanhos investimentos eram amenizadas pelo poder público, que afirmavam serem os riscos sociais e ambientais “custos inevitáveis” diante das incomparáveis vantagens prometidas. As promessas de bem-estar coletivo e de crescimento do pequeno Espírito Santo eram exaltadas pelo Poder Público. Os efeitos trágicos sobre o meio ambiente e sobre as popula  es indígenas desencadeados pela política de implanta  o de grandes projetos industriais no Estado eram ignorados.

Em matéria publicada na revista Espírito Santo Agora, o cientista Augusto Ruschi rechaçou as expectativas criadas pelos técnicos em reflorestamento e pelos poderes públicos sobre o crescimento econômico regional por meio da produ  o e exporta  o de celulose e denunciou o poder destrutivo para os ricos ecossistemas naturais dos programas governamentais de incentivos florestais e do processo de introdu  o de essências exóticas no país. Fundamentado em sólidas argumenta  es científicas de que o eucalipto deveria ser plantado em terras áridas, impróprias para a agricultura, o que não era o caso da região das extensas matas do município de Aracruz, Ruschi criticou a escolha da região capixaba para o plantio de eucalipto. Para o cientista, os problemas alimentares e a busca do crescimento

econômico poderiam ser solucionados incentivando-se a produção e exportação de produtos agrícolas nativos (Espírito Santo Agora, 1971).

Indiferentes a quaisquer críticas, com a constituição da empresa Aracruz Celulose S/A (1972) as atenções voltaram-se para a busca do financiamento da fábrica, orçado inicialmente em US\$ 460 milhões. A primeira tentativa deu-se com a International Finance Corporation (IFC), ligada ao Banco Mundial, que fracassou. A solução encontrada foi a busca dos recursos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE),⁷ que foram viabilizados e formalizados por acordo assinado em 21 de agosto de 1975, alguns meses após o início da implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e do I Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC). Nesse acordo, o BNDE arcou com 45% do total do financiamento – US\$ 337 milhões – (32% em financiamento do BNDE e 13% da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME). O restante do financiamento foi composto por 36% de capital próprio e 19% de financiamentos externos (Dalcomuni, 1990: 200) Conforme o então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Marcus Palmeira Viana, a Empresa recebeu “[...] o maior financiamento já concedido pelo BNDE a uma única empresa privada” (A GAZETA, 22 ago.1975).

Além de financiar o imenso volume de recursos e de atuar como avalista nas operações externas, o BNDE concedeu ainda à Empresa condições excepcionais de financiamento: taxas de juros de 3% ao ano, correção monetária inicial de até 20% ao ano e abatimento do Imposto de Renda de qualquer excesso eventual.

Em 1974, o discurso do presidente da Aracruz Celulose, Sr. Erling Sven Lorentzen, quando do lançamento da pedra fundamental do Projeto Aracruz, permite uma síntese de todo o contexto político-econômico nacional e internacional responsável pela viabilização do Complexo Aracruz.

Os números falam por si sós. Em sua primeira etapa, são quarenta e seis milhões de árvores já plantadas, que logo serão 65 milhões de pés de eucalipto. Tais florestas fornecerão um milhão e 440 mil metros cúbicos de madeira por ano. A fábrica terá uma produção de 400 mil toneladas de celulose branqueada por ano, a partir de 1977. O empreendimento abrange terras, florestas, fábrica, infra-estrutura, capital de giro, despesas pré-operacionais e juros durante a construção. O investimento total previsto é de 340 milhões de dólares, sendo 110 milhões de dólares o capital próprio

da empresa. O projeto já criou mais de mil e quinhentos empregos e, uma vez concluído, este número crescerá para mais de dois mil e quinhentos, tudo isto numa região antes estagnada. A receita anual da Aracruz Celulose S/A., a partir de 1977, será superior a cem milhões de dólares.

É sabido que reservas florestais da Escandinávia estão plenamente utilizadas. O Japão também atinge os limites máximos de expansão de sua produção de polpa. As reservas florestais americanas não permitem mais empreendimentos na escala daquele que hoje vamos iniciar. Cada dia mais e mais aumenta, no mercado interno e internacional, a necessidade de celulose. Nessas circunstâncias é que o Brasil, graças a um projeto como o da Aracruz e a iniciativas semelhantes, está destinado a se transformar num dos maiores fornecedores de celulose e papel para todo o mundo, devido às condições excepcionais que o seu solo e clima oferecem para o desenvolvimento das indústrias florestais.

A escassez mundial de todas as matérias-primas e de produtos primários ocorre quando o Brasil se movimenta em ritmo apressado e dinamiza, com sabedoria e objetividade, o aproveitamento de seus próprios recursos naturais. E com esta política deverá atrair para si os recursos monetários e a tecnologia mais avançada, que consolidarão ainda mais o seu desenvolvimento atual.⁸

Na assinatura dos contratos (25 de agosto de 1975) que deram partida à construção da Fábrica A, as palavras do diretor presidente da Aracruz Celulose Erling Sven Lorentzen, são esclarecedoras, se buscamos compreender a parceria estabelecida entre o Governo Federal, representado pelo BNDE, e a Aracruz Celulose S/A, bem como a atuação dos agentes políticos locais, na viabilização do Complexo Aracruz.

O projeto Aracruz é um dos maiores jamais realizado pela iniciativa privada nacional.

E os acordos recentemente firmados entre o BNDE e a Aracruz representam a maior operação de participação e crédito de um só banco do mundo ocidental com uma só empresa particular. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, aqui representado pelo seu ilustre presidente, um homem do Espírito Santo, o Dr. Marcos Viana, compromete com o nosso Empreendimento uma quantia em dinheiro equivalente a três vezes os totais investidos pelo Banco no último ano anterior à revolução.

O senhor governador Élcio Álvares confirmou na mesma oportunidade o entusiasmo do povo e o apoio do Governo do Espírito Santo ao projeto que, em vossas próprias palavras, vem trazer uma nova dinâmica para o desenvolvimento econômico social do Estado.

[...] A verdade é que o nosso projeto bem simboliza o otimismo do empresariado nacional com relação ao futuro do País. E traduz a unidade entre Governo e iniciativa privada na determinação da construção do desenvolvimento econômico e social dentro do modelo da economia de mercado para uma melhor qualidade de vida para todos (grifo nosso).⁹

Em 31 de outubro de 1978, três anos após o início das obras, o então Presidente da República, o General Ernesto Geisel, inaugurou a Primeira Fábrica do Grande Complexo Paraquímico – a Fábrica A¹⁰ – com capacidade para produzir 400 mil ton/ano de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto.

O que em 1975 não passava de uma clareira na floresta é hoje esta pujante realidade: a maior fábrica de celulose do mundo em uma só linha de produção e que, neste mês, entrou em operação comercial. Aí está ela, de corpo inteiro, com os seus 120 mil metros quadrados de área construída, medindo de ponta a ponta um quilômetro e meio de extensão. [...] O Projeto Aracruz, porém, não se limita apenas a essa fábrica de celulose. Muito mais do que isso, ela representa um vasto complexo industrial, fadado a se constituir num vigoroso pólo de desenvolvimento econômico e social do interior do Espírito Santo (Jornal do Brasil, 31 out.1978).

Referindo-se à finalização do empreendimento, no qual foram investidos cerca de Cr\$ 8,4 bilhões de cruzeiros, o engenheiro Cyro de Oliveira Guimarães Filho, vice-presidente executivo da Empresa e responsável pela implantação do projeto ressaltou que,

[...] não obstante sua extrema complexidade, ainda mais agravada pelo fato de estar situado numa região praticamente desprovida de infraestrutura, conseguimos finalizá-lo no prazo de 36 meses apenas. Um verdadeiro recorde quando comparado com o tempo consumido na implantação de outros projetos de menor envergadura, levados a termo em regiões plenamente desenvolvidas como a América do Norte e a Escandinávia (Aracruz Celulose, set. 1978).

Essas considerações vêm confirmar o importante papel desempenhado pelo Estado Brasileiro no desenvolvimento recente da indústria de celulose, ao instituir os incentivos fiscais ao reflorestamento; ao estruturar o modelo exportador, centrado na concessão de isenções fiscais às atividades exportadoras; e ao viabilizar a concretização de megaprojetos que caracterizam essa nova fase da indústria de celulose no Brasil por meio da concessão de financiamentos, via BNDES, e dos recursos definidos para o setor no II PND e no I Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC). Vêm confirmar ainda a significativa participação da elite político-econômica capixaba, na integração do Estado à dinâmica capitalista nacional, por meio da implantação de Grandes Projetos de Investimentos, como é o caso do Complexo Paraquímico.

A realização de um empreendimento de proporções tão majestosas não poderia deixar de gerar profundas consequências sociais e econômicas para as populações preexistentes, ainda mais quando essas populações, que deveriam ser o centro das atenções, são alijadas do processo.

Nessa perspectiva, o objetivo é refletir sobre o processo de aquisição e incorporação de terras indígenas por parte da Aracruz Celulose S/A. O material sobre o qual nos debruçaremos para tal análise será constituído de matérias publicadas por jornais da época, de depoimentos prestados à CPI da Aracruz Celulose e de relatórios e pesquisas desenvolvidas sobre a temática, principalmente os relatórios da Funai sobre os índios Tupiniquim do município de Aracruz (Processo n.º 3.649/75) e o relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios (Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94, de 30 de agosto de 1994).

A OCUPAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

“Quando a empresa chegou saíram [índios], não podiam enfrentar, mandavam sair, até ameaçavam, um ia pra um canto, outro pra outro canto. A empresa tomou conta de tudo, eles davam algum dinheiro, que pagar mesmo eles não pagavam. Os índios são bobos, não conheciam nada. O dinheiro não dava pra nada. Só não entraram em

*Pau Brasil porque os moradores achavam que era deles mesmo a terra. Aí ficaram cercados pelo eucalipto” (Eugenio Francisco, índio Tupiniquim).*¹¹

A autodenominação Tupiniquim, grafada ao longo dos anos de diferentes maneiras – Topinaquis, Tupinaquis, Tupinanquins, Tupiniquins – significa, conforme o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antenor Nascentes, com apoio do historiador Varnhagen, “Tupi do lado, vizinho lateral”. Atualmente, os Tupiniquim habitam três terras indígenas: Caieiras Velhas, Pau-Brasil e Comboios, todas localizadas no litoral norte do Espírito Santo, município de Aracruz. No passado, os Tupiniquim falavam a língua tupi litorânea, da família Tupi-Guarani. Hoje, falam apenas o português. O registro que temos a respeito dessa sociedade encontra-se nas anotações de viajantes e cronistas que passaram por essa região desde os primórdios da colonização. No século XVI, por exemplo, os Tupiniquim tiveram sua presença anotada nos registros do calvinista Jean de Lery, que, ao viajar para o Brasil integrando a frota de Villegagnon, passou pelo Espírito Santo em 1557.

Estimativas propostas por John Heming indicam uma população Tupiniquim, distribuída entre o Espírito Santo e o sul da Bahia, de 55 mil habitantes, isso no início da colonização brasileira (GT, Portaria n.º 0783/94). Entretanto, essa população foi-se reduzindo de forma drástica, devido aos conflitos com o colonizador, das doenças advindas desse contato e da política de aldeamentos. Atualmente a população Tupiniquim no Espírito Santo gira em torno de 2.000 índios.¹²

No litoral da Capitania do Espírito Santo, os índios foram forçados a aceitar o projeto político dos aldeamentos organizados pelos jesuítas. Esse empreendimento visava à conversão dessas populações e à ocupação de seus territórios, garantindo a sua defesa contra os estrangeiros ou até mesmo contra outras populações nativas que oferecessem resistência à colonização. Em um sentido mais amplo, as ações empreendidas pelos jesuítas implicaram o cerceamento à liberdade dos índios em suas manifestações culturais, a repressão aos seus ritos e tradições, além de impor limites ao acesso ao território que tradicionalmente ocupavam antes da chegada dos portugueses (Cimi, 1996: 14).¹³

Dentre os aldeamentos jesuítas no Espírito Santo destacamos a Aldeia Nova (hoje Santa Cruz, distrito da cidade de Aracruz), fundada pelo jesuíta Afonso Brás em 1556, e a vila

dos Reis Magos (hoje o distrito de Nova Almeida), que, a partir de 1580, passou a abrigar parte da população de Aldeia Nova, que entrou em decadência devido a um ataque de formigas que destruiu as plantações (Rocha, 1980: 119) e de um surto de varíola (Marcato, 1980). Quanto aos índios que permaneceram na Aldeia Nova, acredita-se que teriam atravessado o rio Piraquê-Açu, fixando-se próximos à outra margem do rio, lugar que mais tarde seria conhecido pelo nome de Caieiras Velhas (Cimi, 1996).

No ano de 1610, os índios que migraram da Aldeia Nova, posteriormente denominada Aldeia Velha, somados àqueles que já habitavam o local, receberam do capitão-mor, em atendimento à solicitação feita pelo Superior Jesuíta da aldeia dos Reis Magos, Padre João Martins, uma sesmaria de terra para os índios. O território da sesmaria tinha 200 mil hectares e se estendia de Santa Cruz, distrito de Aracruz, até a aldeia de Comboios, mas só foi demarcado pela Coroa Portuguesa no ano de 1760. Pelo “Termo de Concerto e Composição”, os índios de Nova Almeida e os moradores da Freguesia da Serra estabeleceram os limites dos domínios em que mantinham posse, transformados por “Sentença”, em medição e demarcação amigável (GT, Portaria n.º 0783/94).

A presença dos índios nas áreas delimitadas pela Coroa Portuguesa pode ser ratificada pelo registro de viajantes, como, por exemplo, o Príncipe Maximiliano Wied Neuwied (1815) e Auguste de Saint-Hilaire (1818), que, já no século XIX, notaram a presença dos Tupiniquim entre a região de Nova Almeida (Vila dos Reis Magos), passando por Santa Cruz (antiga Aldeia Nova) até Comboios, nos limites do município de Regência. Há ainda registros estatísticos que mencionam a presença dos Tupiniquim no território demarcado em 1760, entre eles, a Memória Estatística da Província do Espírito Santo, escrita no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos, que contou uma população de 3.007 índios em Nova Almeida (Vasconcellos, 1978), e os mapas estatísticos da população do Espírito Santo, de 1856, organizados pelo Desembargador Tristão de Alencar Araripe, que indicam 3.548 índios na região situada entre as Vilas de Serra e Linhares, incluindo aí Nova Almeida e Santa Cruz. (Pacheco, 1990: 15-16).

Já em 1860, o próprio imperador do Brasil, D. Pedro II, em visita de inspetoria à Província do Espírito Santo, mencionou em suas anotações diversos aspectos da vida e da cultura Tupiniquim. Ao percorrer o caminho que vai de Nova Almeida a Linhares, registrou seu encontro com vários grupos Tupiniquim em Nova Almeida, Santa Cruz, Barra do Riacho e Linhares (Rocha, 1980).

Em linhas gerais, é possível afirmar que, até a primeira metade do século XX, os Tupiniquim viveram nas áreas menos povoadas do território indígena, demarcado pela Coroa em 1760. Habitavam a região que circunda o atual município de Aracruz,¹⁴ onde, na época, as matas e florestas permitiam-lhes viver da pesca, da caça, da coleta de frutos e da agricultura de excedentes.

Sobre a forma de vida dos Tupiniquim até praticamente o início dos anos 1960, o Relatório do Grupo Técnico n.º 0783/94, de 30 de agosto de 1994, informa que, até as primeiras décadas do século XX, a região em que viviam os índios Tupiniquim era de mata virgem, e a comunicação entre as localidades fazia-se por trilhas no meio da floresta. Entretanto, em sua maior parte, as famílias indígenas eram encontradas dispersas pela mata, plantando nos trechos de capoeira, com a eventual agregação de parentes e afins. A forma como as famílias ocupavam o espaço e as trocas comerciais tornavam duas localidades quase que uma área só, pois a distância entre os núcleos reduzia-se, fortalecendo os laços comunitários que se manifestavam nos rituais religiosos ou na realização de algumas formas de cooperação econômica (mutirão, por exemplo) (GT, Portaria nº 0783/94).

As casas eram de pau-a-pique e sapê, cercadas por mato ou capoeira, utilizados na medida da necessidade. Com frequência, os Tupiniquim mudavam de casa e roçado, seja pela realização de um casamento seja em busca de melhores condições de sobrevivência. As casas e os roçados podiam ser feitos em qualquer lugar. Todavia, existiam regras de acesso à terra, não sendo permitido cercá-la ou detê-la exclusivamente. Havia uma posse comunal da terra, pois os cultivos em extensões podiam ser utilizados por todos os grupos familiares. Existiam ainda os domínios de caráter comunal – matas, rios, fontes, entre outros. Esse sistema de posse comunal de terras e outros domínios, aliado à apropriação doméstica e individual do produto do trabalho, permitia a sobrevivência dos Tupiniquim (GT, Portaria nº 0783/94).

De um modo geral, toda a região da Comarca de Santa Cruz (antiga Aldeia Velha), próxima das aldeias Tupiniquim, manteve-se pouco povoada e com uma economia precária até os primeiros anos do século passado. Santa Cruz, que havia sido um importante porto de escoamento da produção de Colatina, entrou em declínio com a construção da Estrada de Ferro Colatina – Vitória, que deslocou o eixo econômico do litoral para o interior do Estado.

Durante as quatro primeiras décadas do século XX, a população Tupiniquim não se viu afetada de forma direta nas áreas onde habitava, uma vez que a chegada de estranhos, que

derrubavam as matas e florestas naturais para a formação de pastos e a criação de gado, ocorria de forma lenta, em um ritmo pouco intenso. Nesse período, os Tupiniquim encontravam-se dispersos em várias comunidades (aldeias), hoje extintas, mas lembradas pelos mais idosos, os quais recordam os locais e o modo de vida daqueles índios. Por meio de relatos orais foram identificadas as localidades de Caieira Velha, Irajá, Pau-Brasil, Comboios, Amarelo, Olho D'Água, Guaxinciba, Porto da Lancha, Cantagalo, Araribá, Braço Morto, Areal, Sauê, Gimuhuma, Macaco, Piranema, Potiri, Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Morcego, Garoupas, Rio da Minhoca, Morobá, Rio da Prata, Ambu, Lagoa Suruaca, Cavalinho, Sauaçu, Concheira, Rio Quartel, São Bento, Laginha, Baiacu, Peixe Verde, Jurumim e Destacamento (GT, Portaria nº 0783/94).

Mudanças mais intensas na região habitada pelos Tupiniquim só se processaram de forma efetiva a partir dos anos de 1940, com a chegada da Cofavi, que passou a explorar, com autorização do Estado, 10.000ha de terras indígenas para a produção de carvão vegetal. A Cofavi constituiu-se na primeira grande empresa a se instalar no local, responsável pelo início do ciclo de destruição da Mata Atlântica local e pela entrada de posseiros no território indígena. Conforme relatório do estudo socioeconômico realizado na comunidade indígena de Caieiras Velhas e adjacências (1976), tal atividade predatória “[...] não chegou a ferir a integridade total das matas onde o grupo Tupiniquim ainda caçava” (Ufes/Setraps, 1976).¹⁵

Já no final dos anos de 1960, a Aracruz Celulose iniciou seus empreendimentos na região, adquirindo da Cofavi os 10.000ha de terras indígenas que lhe foram entregues pelo Governo Estadual. Em seguida, a Aracruz comprou, “[...] pela quantia simbólica de oito décimos de centésimos de cruzeiro o metro quadrado, mais trinta mil hectares de terras indígenas, que foram negociadas pelo Estado como se fossem terras devolutas” (Guimarães, 1982: 143). Papel fundamental nas transações econômicas que se estabeleceram nessa negociação coube, de acordo com Ciccarone (2001: 292), ao presidente da CVRD, Dr. Eliezer Batista, também um dos sócios-fundadores da Aracruz Florestal, dado o interesse da Empresa estadual em ampliar e diversificar seu mercado exportador

A partir daí, intensificou-se o processo de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Tupiniquim, que passaram a viver “ilhados” dentro de seu próprio território. Extensas áreas de matas e florestas naturais foram sendo derrubadas e substituídas pela monocultura do eucalipto, que se estendia, segundo relatos, até o quintal de suas casas, deixando os moradores acuados e obrigados a abandonarem o local. Nesse processo,

[...] o território indígena foi adquirindo nova forma social, prosperando como terra devoluta, sob a jurisdição dos poderes públicos, após ser tecnocraticamente transformado em área desabitada e economicamente inexpressiva, para ser expropriado às populações indígenas, obrigadas à realocação em áreas cada vez menores e alheias ao seu habitat tradicional. Cresciam, nesta época, as terras devolutas e griladas, cuja apropriação e titulação envolviam falsificação de documentos e ações violentas de jagunços e pistoleiros contra índios e posseiros (Ciccarone, 2001: 292).

Já nessa época (1967), encontravam-se instalados junto aos Tupiniquim, em uma área isolada do contato com os brancos, o grupo migratório indígena Guarani Mbya.¹⁶ Oriundos do sul do País, chegaram ao Estado no início dos anos de 1960. Guiados por *Tatati*, líder Xamânica, em busca da “terra sem males”, os Guarani fixaram-se em uma área mais afastada da aldeia Caieiras Velhas, onde ainda existia “[...] uma exuberante e extensa mata ainda parcialmente preservada do avanço do progresso desenvolvimentista” (Ciccarone, 2001: 296). A instalação do grupo na região foi desde o início perpassada de conflitos, de ameaças, de transferências. Grupo coeso, os Mbya lutaram desde o início junto aos Tupiniquim contra a moderna ocupação de seus territórios.

Ironicamente, se era proveniente de “fora” a vocação para o desenvolvimento econômico do Estado, era também de fora que, em busca das suas terras, habitadas pelos antepassados, chegava o obstáculo aos planos econômicos dos poderes públicos fundamentados no “*elogio da mentira*” [de que no Espírito Santo, não existiam índios] (Ciccarone, 2001: 293).

Utilizando-se de todo tipo de argumentações e coações, a fim de expulsar as populações indígenas e posseiros, a Aracruz Celulose apossou-se de forma ilícita e com todo o aparato burocrático-militar a seu favor, de praticamente todo o território por onde viviam dispersos os índios Tupiniquim e Guarani Mbya. Sobre os métodos utilizados pela Empresa a fim de expropriar os índios de suas terras, o cacique Tupiniquim Lauro Martins, em depoimento prestado à CPI da Aracruz (2002), afirma:

Em primeiro lugar, era dar um prazo para sair de dentro de casa e, caso não saísse, eles botavam fogo com a gente dentro de casa, então a pessoa era obrigada a sair dentro daquele prazo, vinte e quatro horas. [...]. Isso foi o começo da invasão do Major Orlando com a sua equipe, garantindo a expulsão dos povos indígenas nesse território (CPI da Aracruz,, 21 maio 2002).¹⁷

Uma outra tática empregada era a promessa de emprego (CPI da Aracruz, 21 maio 2002). Subempregados, por volta de 1978 cerca de 500 Tupiniquim trabalhavam nas obras da Aracruz Celulose como mão-de-obra desqualificada (A Tribuna, 31 out. 1978). É interessante observar que, em 1967, enquanto a Aracruz plantava eucalipto

[...] recrutava mão-de-obra-indígena para a construção de sua usina de celulose e, mais tarde, em outubro de 1978, os índios foram dispensados, sendo transferidos pelas empreiteiras encarregadas da construção da fábrica de celulose para o Norte do Estado e sul da Bahia (Espírito Santo Agora, 1980: 22–26).

Se de início os índios foram empregados como mão-de-obra farta e barata no plantio e cuidados das mudas de eucalipto e na construção da primeira fábrica, logo se viram dispensados. Em entrevista a Hildegart Maria de Castro Rick, à época antropóloga estagiária da Funai, o superintendente da Aracruz Celulose S/A, Ney Magno, revela que os índios não se adaptavam ao trabalho da Companhia, pois não estavam preparados para cumprir horários nem para desempenhar qualquer função dentro dela (Rick, 1975).

Ciccarone (2001) ressalta que, ao aceitarem os empregos oferecidos pela Empresa em troca de uma carteira de trabalho, os índios adquiriam uma “genérica” identidade de cidadão comum. Desse modo, a Empresa apagava qualquer marca e vestígio da presença indígena capaz de afetar a mentira sobre o território declarado oficialmente “desabitado e improdutivo”.

Sobre as condições de trabalho a que eram submetidos, o Dr. Sixto, médico que prestava assistência voluntária às populações indígenas, ressaltou que os índios trabalhavam em regime de semi-escavidão, pouca diferença existindo para o sistema empregado na época

da escravidão, tendo ele atendido muitos casos de índios que adoeceram no trabalho em consequência do tratamento desumano que recebiam (Rick, 1975).

Com a chegada da Aracruz, o litoral norte do Estado tornou-se um lugar de fronteira, o território trágico do aparentemente novo e o espaço do terror e da morte (Martins, 1997: 46) “[...] onde se realizava o embate entre os planejadores e executores do desenvolvimento e as populações indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya, que defendiam seus territórios e resistiam à ameaça do extermínio” (Ciccarone, 2001: 293).

Martins (1997) observa que a fronteira deve ser pensada como um lugar de “conflito social”. Nesse conflito, a fronteira é o lugar da alteridade. É, à primeira vista,

[...] o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (Martins, 1997: 150–151).

Analfabetos e sem assistência jurídica, índios, posseiros, pequenos proprietários, quilombolas foram enganados. Pressionados, assinaram folhas em branco, posteriormente transformadas em procurações que davam a “outros” o direito de venda das terras de que tiravam sua sobrevivência, tudo isso com a conivência do aparato estatal.

Inicialmente, o Espírito Santo foi vítima do capitalismo nacional, feito à custa da devastação das florestas e do empobrecimento do solo [...]. Em seguida, entrou em cena o capitalismo internacional, através da Aracruz Celulose, bem sucedido projeto de plantio de eucaliptos e de fabricação de celulose. [...] um projeto covarde, porque teve como adversários indecisos índios apenas habituados a exploradores locais, que lhes tiravam a madeira, mas deixavam suas terras (Medeiros, 1983: 2).

“Acabocladados” e declarados oficialmente como extintos nas décadas posteriores a 1890,¹⁸ os índios do Espírito Santo sofreram todo o tipo de violência e coações. Qualquer interferência capaz de abalar a manutenção do discurso oficial foi violentamente reprimida. Enquanto isso, a Aracruz Celulose S/A, por meio de seus “jagunços”, providenciava o esvaziamento do território indígena, contratando a mão-de-obra regional em busca de emprego e cooptando a seu serviço a população local e os militares coniventes com o crime organizado (Ciccarone, 2001: 3001).

[...] O clima de euforia e de exaltação pelo sonhado crescimento econômico regional alimentava-se do terror propagado no Estado: a Aracruz Celulose, com a cumplicidade do governo estadual e municipal com a contratação de elementos do sindicato do crime, iniciava a implementar a estratégia do medo espalhando boatos e coagindo por todos os meios os Tupiniquim a desocuparem a área, venderem suas terras retalhadas em lotes e se dispersarem por outras regiões de mata no Estado e pelas cidades, onde sobreviviam marginalmente nos bolsões de miséria das periferias (Idem).

Ao analisar o processo de expropriação e violência no campo durante o regime militar, Martins (1991) observa que, nos conflitos existentes entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros, e, de outro, posseiros e índios, por causa da terra, violências de todo tipo eram cometidas contra as populações rurais, a fim de garantir a sua expulsão da terra (Martins, 1991: 45). No conflito, encontravam-se “[...] envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais, até soldados, oficiais de justiça e os próprios juízes” (Idem), o que revela um processo de expropriação levado na íntegra pelas grandes empresas capitalistas. Por sua vez, esse processo envolvia não somente os lavradores, os posseiros, como também arrendatários e parceiros, além das populações indígenas. Essa população observa o autor, migrou para as cidades à procura de emprego, passando a integrar a massa marginalizada que vive em condições de extrema miséria nos grandes centros urbanos. Outra parte, “[...] entra sertão adentro à procura de terras desocupadas, distante das grandes empresas, onde seja possível fazer sua lavoura, como tem acontecido com os posseiros” (Martins, 1991: 47).

Por conseguinte, Martins (1991) afirma que a questão agrária brasileira apresenta duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. A expropriação constitui uma característica essencial ao processo de crescimento do capitalismo, ou seja, é um elemento da lógica da reprodução do capital, visto que este só pode crescer, expandir-se, à custa do trabalho, única forma de se criar riqueza. Por isso, uma lei fundamental do capital consiste em subjugar o trabalho. “Não há capitalismo sem subjugação do trabalho”, enfatiza Martins. A instauração do “divórcio” entre o trabalhador e aquilo de que necessita para trabalhar é, desse modo, o primeiro passo para que se instaure o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação é o que tecnicamente se denomina expropriação. Por sua vez, essa expropriação é responsável pela criação das condições sociais necessárias para que o capital dê o seu segundo passo, ou melhor, passe à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do trabalhador que já foi expropriado. A este só resta agora a venda de sua força de trabalho, segundo as regras do mercado, e não de acordo com as suas reais necessidades (Martins, 1991: 50–52).

Conforme dossiê realizado pela Comissão de Articulação Tupinikim e Guaraní e pelo Conselho Missionário Indigenista (Cimi) (1996), nesse processo de expropriação das terras indígenas, cerca de 50% dos Tupiniquim migraram para as cidades, encontrando-se ainda hoje desaldeados (Cimi, 1996: 24), ou se sujeitaram a vender sua força de trabalho para a empresa Aracruz Celulose, em troca de um mísero salário.

No mesmo ano em que a Aracruz Florestal se instalou no município de Aracruz, o Governo Militar criou a Funai – Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967 – em substituição ao Sistema de Proteção ao Índio (SPI). A Funai, órgão jurídico teoricamente responsável pela garantia dos direitos indígenas, só passou a atuar na região a partir da segunda metade dos anos 1970, quando a situação dos indígenas extrapolou a fronteira regional.

Entretanto, a chegada da Funai ao Estado, pelo menos de imediato, não alterou as condições precárias e subumanas a que essas populações foram submetidas, haja vista que sua atuação esteve desde o início orientada de forma a viabilizar a política desenvolvimentista militar.

Ao analisar a atuação da Funai, Ciccarone (2001) informa que, como órgão de política econômica da ditadura militar, a Funai atuou de forma a reduzir e remover as populações indígenas, visto que estas

[...] representavam um obstáculo à integração nacional e ao crescimento econômico – das áreas cobiçadas pelo estado e pelo capital privado. [Desse modo], o projeto desenvolvimentista nacional concretizou-se como programa oficial de expropriação das terras indígenas, cabendo à Funai a convivência, a omissão e a intervenção *a posteriori*, defrontando-se com fatos consumados, confinando e aprisionando os grupos indígenas e seus elementos “rebeldes”. Pacificações forçadas, transferências de grupos e extermínios representavam sob a lógica perversa do crescimento econômico do país um “mal necessário (Ciccarone, 2001: 293).

Cabe dizer que era a época do “milagre econômico”, na qual, o Governo Militar exibia altos índices do PIB à custa da violação sistemática de direitos territoriais e humanos, uma vez que a questão indígena se concentrou na questão da terra e extrapolou-a, assumindo o caráter de uma “política de aculturação agressiva” (Ianni, 1998: 182). Sob esse ponto de vista, Ciccarone (2001: 293) ressalta que, embasada na tríplice perspectiva do desenvolvimento do País, da segurança nacional e da integração dos índios, a Funai encarregou-se de fomentar a integração/destruição das sociedades indígenas como sociedade distinta.

Nessas circunstâncias, os direitos constitucionais de 1967-69, que incorporavam as terras indígenas ao patrimônio da União, declarando-as inalienáveis, sofreram todo o tipo de prevaricação logo após adquiridos:

[...] a posse permanente e o usufruto das terras eram direitos sistematicamente violados e manipulados em função dos “soberanos interesses da nação”. A grandeza da nação constituía-se oficialmente, “apesar de e para” os índios, eliminando-os como obstáculos e incentivando sua progressiva integração à sociedade regional (Ciccarone, 2001: 292).

A Constituição de 1967, em seu artigo 186, diz o seguinte: “É assegurado aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”. Com a Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, esse dispositivo constitucional, renumerado como art. 198, passou a ter a seguinte redação:

As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nela existentes.

§ 1.º – Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2.º – A utilidade e a extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio.

Violados todos os direitos constitucionais, enquanto o gigantesco monumento ao progresso era edificado, os Tupiniquim e Guarani Mbya viram-se confinados em condições de extrema miséria e desespero (Ciccarone, 2001). Os Tupiniquim passaram a sobreviver da cata de caranguejos e mariscos no mangue à beira do rio Piraquê-Açu, em 3.000m² de terra, impedidos de caçar, pescar e plantar em seu território, transformado no maior latifúndio do Estado (Rick, 1975.). Os Guarani Mbya transferidos para Guarapari obtinham sua sobrevivência por meio da venda de artesanato.

Desse modo, de forma progressiva, a partir dos anos de 1973, a questão em torno do território indígena começou a ganhar uma amplitude cada vez maior, desencadeando um conflito pela terra indígena que se desenrola a pelo menos a quatro décadas.

O que buscamos evidenciar é que a instalação do Complexo Aracruz no litoral norte do estado do Espírito Santo seguiu a lógica dos planos desenvolvimentista dos governos militares. Implantada em perfeita sintonia com os objetivos dos planos nacionais de desenvolvimento empreendidos ao longo dos anos de 1970, a Aracruz Celulose S/A foi gestada, nasceu e cresceu durante a ditadura militar (1964-1985), que, no entanto, apesar de incentivar os Grandes Projetos de Investimentos, impedia a maior participação da sociedade brasileira nesses empreendimentos e a discussão de suas consequências.

A velocidade com que o projeto foi implantado demonstra a forma desenfreada como as transformações foram acontecendo. Em pouco tempo, o Grupo Aracruz tornou-se um dos maiores proprietários de terras do Estado, e isso desencadeou um processo de concentração fundiária. As consequências vão desde a expulsão de pequenos lavradores e de grupos

indígenas de suas terras, de transformação do emprego rural e das relações de trabalho no campo, até a devastação de importantes reservas de Mata Atlântica.

¹ Este artigo é extrato da dissertação de mestrado, *O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A (1967–1983)*, desenvolvida sob a orientação da Professora Dra. Vânia Maria Losada Moreira e co-orientação do Professor Dr. Antônio Carlos Amador Gil, na área de concentração de História Social das Relações Públicas, e conta com financiamento da CAPES.

² O eucalipto apresenta um ciclo de 6 a 7 anos, enquanto o pínus demanda, no Brasil, pelo menos 12 anos para atingir condições de corte. Para um empreendimento que visava atrair investidores de capital de risco, essa diferença de cinco anos na perspectiva de retorno era essencial. Quando comparado às fibras tradicionais, o eucalipto apresenta vantagens muito maiores, na medida em que as coníferas podem levar até 40 anos para atingir o corte.

³ Instaurada em 02 de setembro de 1966, essa Lei é considerada um marco na política governamental de desenvolvimento da indústria de celulose, por beneficiar e estimular uma elevação sem precedentes no reflorestamento no País, nos anos posteriores, como visto no tópico 2.

⁴ Assembleia Legislativa do Espírito Santo. CPI da Aracruz, 14 maio 2002. Processo n.º 156, fls. 4492–4513. A CPI da Aracruz foi criada para apurar possíveis irregularidades no licenciamento das atividades da empresa Aracruz Celulose, conforme resolução n.º 2.208, 13 março 2002. Compunham a CPI, como membros efetivos os deputados Luiz Pereira (PFL), Nasser Yossef (PSDB), Avílio Machado (PPB), Juca Gama (PDT), Gil Furieri (PMDB).

⁵ Árvore da família *Myrtaceae*, originária da Austrália e da Indonésia, o eucalipto foi introduzido no Brasil em 1825, como planta ornamental. Sua utilização para fins econômicos só teve início em 1903, quando passou a ser empregado na produção de dormentes ferroviários e lenha para alimentar as locomotivas da época. Cf. Aracruz Celulose. **Eucalipto**: a árvore amiga da natureza. Vitória, 2000. Nos dias atuais (2005), o eucalipto é uma das espécies exóticas mais importantes do setor florestal brasileiro.

⁶ A empresa Aracruz Florestal (Arflo) criada em 1967 é então transformada em subsidiária.

⁷ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei n.º 1.628, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Entidade autárquica, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, o BNDE inicialmente esteve sob a jurisdição do Ministério da Fazenda. Em 25 de maio de 1982, o Decreto n.º 1.940, alterou a denominação do BNDE para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nos dias atuais o BNDES encontra-se vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

⁸ Discurso proferido por Erling Sven Lorentzen quando do lançamento da pedra fundamental do Projeto Aracruz. Documentos da Aracruz Celulose. Espírito Santo, 26 abr. 1974.

⁹ Documento Aracruz Celulose. Cópia preservada no CDOC. Palavras do Sr. Lorentzen, 25 ago. 1975.

¹⁰ Com a implantação dos primeiros plantios de eucalipto (1967) e a fundação da Aracruz Florestal em 1972, o Grupo Aracruz não parou de se expandir: em 1978 houve a inauguração da primeira fábrica, ou Fábrica A; em 1991, a inauguração da Fábrica B, e, em 2002, a inauguração da Fábrica C, todas localizadas na Unidade Barra do Riacho, no município de Aracruz. Juntas, as três contam com uma capacidade nominal total de 2 milhões de toneladas anuais de celulose. É importante ressaltar que a área onde está instalada as três fábricas do Complexo Paraquímico pertencia ao antigo território habitado pelos índios Tupiniquim, ou, mais especificamente, à antiga “aldeia” dos Macacos.

¹¹ Depoimentos dos Tupiniquim mais idosos, prestados ao Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94, que contam sobre a expulsão dos índios de suas terras. O GT tinha por finalidade reestudar a identificação, em conjunto com os índios, dos limites das terras indígenas Comboios, Caieiras Velhas e Pau Brasil, com respectivas aldeias, roças e áreas de caça e pesca; realizar o levantamento fundiário, juntamente com os estudos de delimitação de área indígena, que constará de vistoria das benfeitorias implantadas por não-índios nos limites a serem propostos, a natureza da ocupação, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínios, levantamentos documentais em cartórios das certidões de registro e respectivas sucessórias. Como reestudo, as atividades do GT devem ser entendidas como procedimentos de revisão das terras indígenas aprovadas ou demarcadas com base na legislação anterior (Decreto n.º 22/91, art. 11). Cf. MAIA, Luciano Mariz (Org.). **Legislação indigenista**. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993. p. 113.

¹² Disponível em: <<http://www.cimi.org.br>>. Acesso em: 6 jan. 2005.

¹³ Campanha Internacional pela Ampliação e Demarcação das Terras Indígenas Tupiniquim e Guaraní. 1996, Realizada pela Comissão de Articulação Tupiniquim e Guaraní e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Aracruz, ago. 1996. Publicado em duas versões: uma em português e outra em inglês. Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Anexado ao Proc. n.º 156, fls. 964-984. CPI da Aracruz Celulose.

¹⁴ O município de Aracruz tem 1.435km² de área. Vivem no Município aproximadamente 60.000 habitantes. Dentro do território espírito-santense, faz parte da microrregião homogênea 205 (MRH – 205), denominada “Baixada Espírito-Santense”, junto com os municípios de Fundão, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra e Pinheiro.

¹⁵ O estudo socioeconômico realizado na comunidade indígena de Caieira Velhas e adjacências (1976) tinha por objetivo o planejamento e execução de um estudo que configurasse as circunstâncias socioeconômicas em que sobreviviam os indígenas que habitavam a região de Caieiras Velhas e adjacências, no município de Aracruz. Visava fundamentar decisões, em nível de política de ação. A viabilização do estudo ocorreu por meio de um convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e Promoção Social (Setraps), a Universidade Federal do Espírito Santo e a Funai. (Universidade Federal do Espírito Santo – Secretaria do Trabalho e Promoção Social do Estado do Espírito Santo. **Relatório do estudo sócio-econômico realizado na comunidade indígena de Caieiras Velhas e adjacências**. Vitória, 1976).

¹⁶ O grupo de índios que aqui chegou faz parte da etnia Guaraní que é formada por três subgrupos: Guaraní-Kaiowá (ou Pai Tavyterã), Guaraní Chiripá (ou Guaraní-Nandeva, ou Ava-Guaraní) e Guaraní Mbya. A história dos povos Guaraní é marcada por constantes e permanentes movimentos migratórios. O grupo Mbya ocupa território localizado na parte central do Paraguai Oriental (a oeste dos territórios Chiripá e Kaiowá), que se estende, hoje, pelo norte da Argentina (Província de Misiones) e pelo estado do Rio Grande do Sul e litoral de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Há ainda grupos Mbya que chegaram ao Pará e ao Maranhão. Cabe dizer ainda que atualmente os Mbya são os únicos Guaraní que mantêm a prática de migrar. Cf. Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94.

¹⁷ CPI da Aracruz Celulose, 2002. Depoimento das lideranças indígenas: Sr. Lauro Martins (cacique tupiniquim) e Antônio dos Santos – da aldeia Pau-Brasil. 21 maio 2002. Proc. n.º 156.

¹⁸ Ao analisar os dois primeiros censos nacionais (1872 e 1890), Oliveira (1999) ressalta que é preciso, antes de tudo, reconhecer que em ambos os censos existem quatro categorias, chamadas de “raças”: “brancos”, “pretos”, “pardos” e “caboclos”. Conforme o autor, inexistia uma definição explícita dessas categorias, que, no entanto, no censo de 1890, são traduzidas para o francês. Os pardos são caracterizados como mestiços, enquanto os “caboclos” seriam os indígenas. O censo de 1872 procede ainda a uma divisão geral da população em “livres” e “escravos”. Assim, os “pretos” e também os “pardos” dividem-se em “livres” e “escravos”, enquanto os “brancos” e “caboclos” são sempre caracterizados como livres, o que reforça a impressão de que, com a categoria “caboclo”, o censo está referindo-se aos índios. Embora algumas províncias (Ceará, Piauí e Espírito Santo) registrassem no censo de 1872 e 1890 contingentes significativos de índios, nas décadas posteriores, os índios foram dados como “extintos” e sua presença foi até recentemente ignorada. Em 1872 a população de caboclos no Espírito Santo somava cerca de 5.529 pessoas, ou 6,7% da população do Estado (OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p. 135-138).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACRUZ CELULOSE. *Release* distribuído à imprensa, 14 set. 1978.

ARACRUZ CELULOSE. Palavras do Sr. Erling S. Lorentzen, 25 ago. 1975. Cópia preservada no Centro de Documentação da Empresa (CDOC).

ARACRUZ CELULOSE. Aracruz, 26 abr. 1974. Cópia preservada no CDOC da empresa.

ARACRUZ está instalada em terra dos índios. **A Tribuna**. Vitória, 31 out. 1978.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **CPI da Aracruz**, maio 2002. Processo n.º 156.

BNDE firma contrato com Aracruz Celulose. **A GAZETA**, Vitória, 22 ago. 1975.

Campanha Internacional pela Ampliação e Demarcação das Terras Indígenas Tupiniquim e Guarani. 1996. Realizada pela Comissão de Articulação Tupiniquim e Guarani e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Aracruz, ago. 1996. Anexado ao Proc. n.º 156, fls. 964-984. CPI da Aracruz Celulose.

DALCOMUNI, Sonia Maria. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo**. 1990. 258f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

ESPÍRITO SANTO AGORA, Vitória, n. 1. out. 1971.

ESPÍRITO SANTO AGORA, Vitória, n. [?], p. 22-26, 1980.

FÁBRICA aciona seus fornos para alcançar 400 mil ton. por ano. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 31 out.1978.

GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO. **Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comobios**. Portaria n.º 0783/94. Vitória, 1994. Mimeografado.

GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. Sobre a situação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio indígena no estado do Espírito Santo. In: SANTOS, S. Coelho (Org.). **O índio perante o direito**. Florianópolis, EdUFSC, 1982

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1918)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 342.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARCATO, Sônia de Almeida. **Da indianidade dos Tupinikin**. Brasília: FUNAI/MI, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 46.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MEDEIROS, Rogério. (Org.). **Espírito Santo – maldição ecológica**. Coleção Reportagens, Vol. I – Rio de Janeiro: ASB, 1983.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Colonização oficial e espontânea na fronteira norte do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 55, 2001.

_____. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Anpuh/Humanitas Publicações, vol. 22, n. 43, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PACHECO, Renato. Três pequenos estudos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 40, p. 15-16, 1990.

PEROTA, Celso. **Os índios em Aracruz**. Vitória, 1996.

RICK, Hildegart Maria de Castro. **Relatório de viagem a aldeamento no município de Aracruz, ES**. Funai/MI. Brasília, 01 set. 1975. Anexado ao Processo nº 3.649/75.

ROCHA, Levy. Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo. Rio de Janeiro/Brasília: **Revista Continente Editorial/IN**, 1980.

RUSCHI, Augusto. **Fitogeografia do Espírito Santo**. Vitória, 1955.

_____. Grupos antropológicos indígenas do Estado do Espírito Santo: causas de seu desaparecimento. Dados sobre a população e a área de floresta para sua sobrevivência. In: **Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão**, Santa Teresa, n. 18, 16 jan. 1954. Série Proteção à natureza. Santa Tereza.

SOUZA FILHO, Hildo Meireles, **A modernização violenta**: principais transformações na agropecuária capixaba. 1990. 201 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

VALADÃO, Vanda de Aguiar. **Assentamentos e sem-terra**: a importância do papel dos mediadores. Vitória, ES: Edufes, 1999.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória Estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO; SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório do estudo sócio-econômico realizado na comunidade indígena de Caieiras Velhas e adjacências**. Vitória, 1976.